

ATA DA 288ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e doze, na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Franciane de Fátima Marques, Fabiana Botelho Zapata, Rafael Bessa Yamamura, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Bruno Ricardo Miragaia, José Moacyr Doretto Nascimento, Vitore André Zilio Maximiano, Luciano Alencar Negrão Caserta, Juliana Saad, Marcia Regina Garutti, Rafael Valle Vernaschi, Luciana Zaffalon Leme Cardoso e, representando a Apadep, Rafael Moraes Português. A Presidente iniciou a sessão encaminhando as atas 284ª, 285ª e 286ª para aprovação. Aprovado por unanimidade. Parabenizou o Conselheiro Bruno Miragaia pela vitória junto ao TJ na ação civil pública em favor dos comerciantes de rua na Capital, e relatou que após recurso interposto, o Órgão Especial do TJ/SP restabeleceu uma decisão de primeira instância, garantindo a manutenção dos comerciantes nas ruas. Informou que ontem a Assembléia Legislativa do Estado aprovou o caráter de regime de urgência para tramitação do PL nº 27/12, e relatou que a aprovação de 32 Deputados Estaduais se deu após a apresentação de requerimento pelo Deputado José Bittencourt, por fim considerou que as tratativas com os parlamentares serão continuadas em agosto, após o recesso da Casa Legislativa. Relatou sua participação em uma reunião interinstitucional realizada na sede do TJ/SP, no dia 26 de junho, para tratar da regulamentação do plano de previdência complementar dos servidores estaduais, e informou que a Defensoria integra o grupo que é composto também pelo TJ/SP, Assembléia Legislativa, Ministério Público do Estado, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Justiça Militar. Informou o encerramento das atividades pela Comissão de Juristas do Senado, e relatou que foi apresentada na última quarta-feira, uma proposta de reforma do Código Penal, assim destacou o trabalho desenvolvido pela Defensora Pública Juliana Belloque na Comissão, considerando que a Defensoria Paulista foi muito bem representada. Informou que a Defensoria Geral iniciará o ciclo de visitas em 49 unidades, durante sua gestão, e relatou que, paralelamente, as 2ª e a 3ª Subdefensorias também realizarão visitas, destacando que as primeiras unidades visitadas pela Defensoria Grcal foram as unidades de Diadema e Pinheiros. Por fim, mencionou que o cronograma completo será divulgado em breve. Informou que concedeu entrevista ao site Conjur, publicado nesta semana, e relatou que, após a divulgação da entrevista, o Presidente da OAB/SP, Marcos da Costa, criticou à Defensoria. Ao final, explicou que a Defensoria Geral enviou uma nota em resposta ao Advogado que saiu posteriormente no site. Lamentou as declarações feitas à imprensa pelo Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Roberval França, declarando que a Defensoria Pública não havia prestado solidariedade aos Policiais Militares assassinados na última semana, e considerou que a declaração partiu de uma premissa equivocada de que a defesa de Direitos Humanos seria antagônica ao trabalho da Polícia Militar e ao respeito por seus integrantes. Em suma, enviou uma manifestação formal por ofício ao Secretário de Estado de Segurança e ao próprio Comandante Geral da PM, e descreveu que a Defensoria nutre respeito pela Polícia Militar e que ambas as instituições devem cumprir com serenidade suas atribuições constitucionais, por fim apontou que ainda existe um diálogo constante entre a Defensoria Pública e a Polícia Militar, ressaltando que foi visitada pelo Coronel Álvaro Camilo, então comandante. Pediu atenção dos Defensores para não fomentarem esse tipo de polarização e não confundirem crítica pontual à atuação de determinados agentes com o próprio órgão. A Conselheira Franciane Marques parabenizou a Defensoria Geral pela pronta resposta ao Comando da Polícia Militar, e pediu a divulgação dos ofícios à carreira, ao final considerou que o mal estar mencionado foi gerado após um posicionamento crítico pela Defensoria Pública sobre as atividades da Polícia Militar na Cracolândia. A Presidente apontou que irá fazer críticas quando entendê-las pertinentes, contudo, ponderou que isso não significa uma falta de respeito entre as instituições. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as comunicações da secretaria. Comunicou que, conforme deliberado em sessão anterior encaminhou um ofício à Coordenação do Núcleo de Habitação e Urbanismo solicitando a complementação da concordância dos membros sobre a redução do mandato, nos termos da proposta apresentada no processo CSDP nº 244/12. Comunicou também que encaminhou um

ofício à Coordenação do Núcleo de Infância e Juventude, a pedido da Conselheira Fabiana Zapata na última sessão, extraindo cópias do processo CSDP 281/11, que originou a Deliberação CSDP nº 246/12, que regulamenta a política institucional de atendimento as pessoas presas e monitoramento. Não havendo mais comunicações da secretaria, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Defensora Thais Helena Costa Nader, Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Relatou problemas no atendimento às mulheres no Juizado de Violência Doméstica do Fórum Criminal Central da Capital, na Barra Funda, e informou que a Defensora Pública que atuava no JVD Central está em gozo de licença maternidade e os Defensores da Unidade DIPO realizam sua substituição em sistema de rodízio, assim considerou que o sistema sobrecarrega a unidade DIPO e estabelece uma situação em que o mesmo Defensor Público atua em favor da vítima e do réu, contudo, relatou que para sanar temporariamente esse problema a 2ª Subdefensoria propôs um Advogado conveniado com a PUC para realizar o atendimento naquele JVD, testando a atuação da advogada no mês de julho, mas mostrou-se contrária à medida, argumentando que isso representaria um retrocesso ao atendimento, e sugeriu que fosse criada uma unidade própria para o JVD, mas atualmente é vinculada ao DIPO. O Conselheiro Vitore Maximiano ressaltou que antes, todos os processos eram centralizados no Fórum Criminal da Barra Funda, mas que após decisão do TJ/SP, a distribuição do JVD em outros seis Juizados pela Capital, dificultou a atuação da Defensoria nessa área, e lamentou que nos novos JVDs os acusados têm sido defendidos por advogados conveniados, contudo, discordou da fala da Defensora Thais Nader, no que tange o retrocesso no atendimento e apontou que todos os procedimentos adotados foram feitos em comum acordo com o Núcleo da Mulher, ressaltando que após tomar ciência dos problemas advindos da substituição da Defensora em licença maternidade, sugeriu à Coordenadora do Núcleo da Mulher que o atendimento fosse realizado em caráter provisório por um advogado da PUC ou da Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude – ASBRAD – e ponderou que o advogado conveniado substituiria inicialmente por um mês, para que a experiência fosse avaliada e menos traumática, uma vez que não há cargos de Defensores itinerantes para realizar a substituição da Defensora do JVD, também mencionou que há problemas nesse sentido nas Unidades da Fazenda Pública e Jabaquara. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon lamentou não ter sido envolvida nas tratativas, e concordou com a Defensora Thais Nader que há um retrocesso no atendimento às vítimas de violência doméstica, apontando que a Ouvidoria e a Sociedade Civil posicionaram-se pela necessidade dessa atividade ser desempenhada por um Defensor Público e não por advogado conveniado. O Conselheiro Vitore Maximiano ressaltou que tal medida foi tomada após uma sinalização positiva do Núcleo da Mulher em caráter paliativo e provisório, enquanto perdurasse a licença maternidade da Defensora, e apontou que a primeira entidade contatada para desempenhar a atividade foi a ASBRAD, enaltecendo que a instituição possui vasto histórico de proteção aos direitos das mulheres. O Representante da Apadep, Rafael Português e o Conselheiro José Moacyr acompanharam o entendimento da Ouvidoria Geral. O Conselheiro Luciano Caserta mostrou a necessidade de discutir sobre as substituições na Defensoria Pública, onde considerou que as substituições devem abranger as férias, licenças e outros afastamentos, e não limitar apenas a afastamentos perenes, por conseqüência entendeu que os membros do Núcleo da Mulher deviam ter sido convidados para substituírem a Defensora licenciada no JVD sem que a demanda fosse repassada para um advogado conveniado. Não havendo mais manifestação pela Coordenadora do Núcleo da Mulher, passou-se ao próximo inscrito. A Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público Marcelo Carneiro Novaes. Inicialmente parabenizou a recondução da Defensora Pública Geral e enalteceu a evolução e o crescimento institucional. Externou sua preocupação com a quantidade de presos provisórios na Capital, e narrou a situação calamitosa nos centros de detenção provisória em cidades como Guarulhos e Franco da Rocha, do que em Pinheiros, na Capital. Pleiteou a revisão do ato que instituiu o grupo de trabalho responsável por desenvolver a metodologia de atuação institucional para a realização de visitas de verificação das condições de privação de liberdade, para que seja incluído um representante da Região Metropolitana e do Núcleo Especializado da Infância e da Juventude, por fim opinou que o sistema de visitas para ser bem sucedido, é necessário alocar recursos humanos da Defensoria nessa atividade, além de envolver as Secretarias de Estado de Administração Penitenciária e de Segurança Pública, além de chamar a atenção para a superlotação das unidades de internação da Fundação Casa. Informou que

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures are stylized and vary in length and complexity, some appearing to be initials or short names. They are arranged horizontally across the bottom of the page, overlapping slightly.

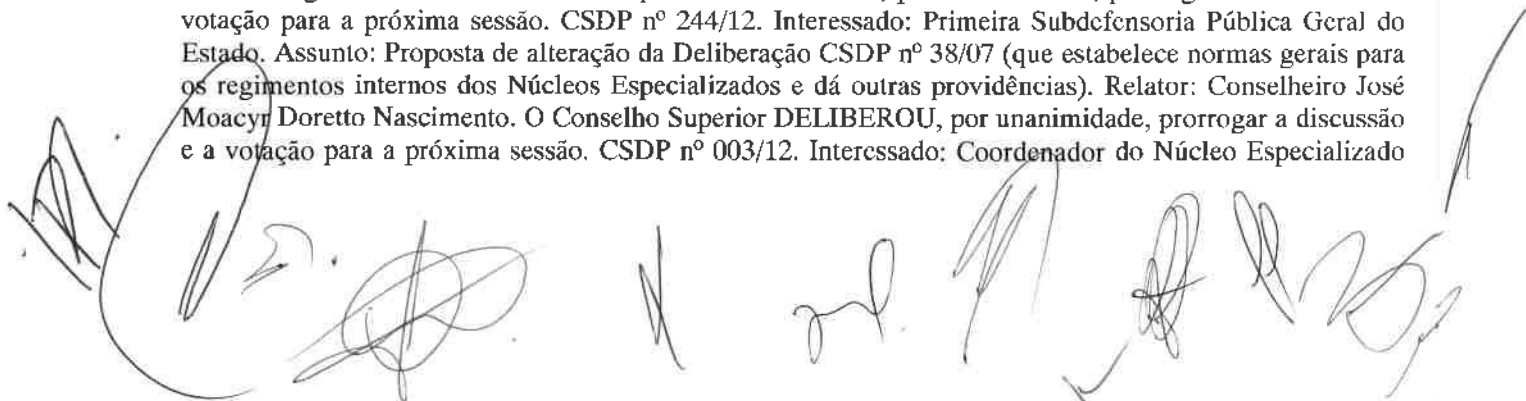
atualmente há um trabalho muito burocrático no setor de denúncia de tortura e apontou a necessidade de discutir junto à sociedade civil em uma solução futura. A Presidente franqueou a palavra aos conselheiros para manifestações sobre o assunto. O Conselheiro Luciano Alencar manifestou-se favoravelmente pela alteração do ato para inserção de um representante da Região Metropolitana e de um representante do Núcleo Especializado da Infância e da Juventude. A Conselheira Fabiana Zapata enfrentou a questão de forma cautelosa, e mostrou a importância de convidar integrantes para compor o grupo que possuam experiência na área, a fim de estruturar de forma adequada, por fim indagou à Defensoria Geral sobre a ampliação de vagas na Fundação Casa, solicitando um olhar especial perante o TJ/SP. A Presidente informou que a composição do grupo foi fruto da Deliberação CSDP nº 246/12, e explicou que é facultada a participação de qualquer outro Defensor Público, sendo composto ao menos por 07 integrantes, e acolheu a idéia de trabalhar em conjunto com as Secretarias de Estado mencionada pelo Defensor Marcelo Carneiro, por fim informou que, nesta semana, se reuniu com a Presidente da Fundação Casa, Berenice Giannella. O Conselheiro Vitore Maximiano apontou que apenas três tipos de processos penais são responsáveis por 80% da massa penal do país, sendo eles o furto, o tráfico e o roubo, e relatou que recentemente a Secretaria de Segurança Pública do Paraná solicitou ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP – a fim de aliviar o sistema, promover medidas para fomentar penas alternativas para esses tipos de crime, por fim refletiu que caso o regime prisional fosse mais branda a situação do país pudesse ser outra. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Representante da Apadep, Rafael Português, criticou a criação de três postos de trabalho na administração superior, justificando que o momento vivenciado pela instituição carece de Defensores na atividade fim, e considerou que a criação dos cargos gerou efeitos diretos nas atividades da Regional Criminal, inclusive no JVD Central, apontando que atividades importantes, como a Presidência da Comissão de Prerrogativas não tem previsão para afastamento, por fim criticou a saída de membros da administração de atividades extraordinárias e a concessão de gratificação de representação sem debate prévio com o Conselho Superior. A Presidente discordou das críticas e considerou que a Defensoria conta com uma das mais enxutas equipes de administração das instituições do Estado, mas esclareceu que a ampliação de três postos na equipe buscou atender exatamente às demandas feitas no âmbito do Conselho e por Defensores em geral, buscando enfatizar uma maior atenção à atividade fim, além de incrementar o trabalho da Assessoria de Convênios, contudo, apontou que diversos Defensores recusaram convites para integrar a administração, relatando que percebem menor remuneração do que em suas lotações de origem, e por fim refutou a crítica de afastamentos em atividades extraordinárias, pontuando que não houve prejuízo, pois recentemente três Defensores Públicos da Regional Criminal teriam retornado aos seus cargos de origem, e ainda que há dois novos Defensores nas Varas Singulares. O Conselheiro José Moacyr acompanhou o entendimento do Representante da Apadep, Rafael Português, e criticou o fato da Defensoria Geral autorizar a saída de Defensores Públicos na triagem sem participação do Conselho Superior nos critérios adotados. O Conselheiro Rafael Bessa mostrou a necessidade de reconhecer as deficiências da instituição, e reforçou a importância de um crescimento planejado, a fim de avançar na criação das futuras unidades, por isso, pleiteou que a Defensoria Geral submeta com urgência ao Conselho Superior uma proposta de distribuição dos primeiros 100 (cem) cargos a serem aprovados. Acompanhou o Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. A Presidente informou que antes de submeter qualquer proposta ao Conselho, a administração irá coletar sugestões de todos os Defensores sobre a destinação dos novos cargos. O Conselheiro Rafael Bessa sugeriu que a Assessoria Cível deflagre o atendimento especializado, a fim reconhecer a deficiência estrutural no atendimento inicial e melhorar a prestação de serviços pela instituição. A Presidente informou que aguardará o retorno das férias do Assessor Luiz Rascovisck. O Conselheiro Luis Gustavo informou ter recebido um e-mail do Coordenador do Núcleo da Infância e Juventude, Defensor Diego Valle Medeiros, relatando a recente decisão do STF que anulava a portaria que determinava o toque de recolher de Fernandópolis, assim pediu à Defensoria Geral que interviesse junto ao TJ/SP para que fossem remetidas ao Núcleo da Infância e Juventude todas as portarias emitidas no Estado, nesse sentido. A Presidente informou que irá instar o TJ/SP para que forneça esses dados. O Conselheiro Vitore Maximiano informou que fez contato com o Subprocurador Geral da área do Contencioso Tribunal Fiscal,

A series of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures are stylized and vary in complexity, with some appearing to be initials and others more complete names. They are arranged horizontally across the width of the page.

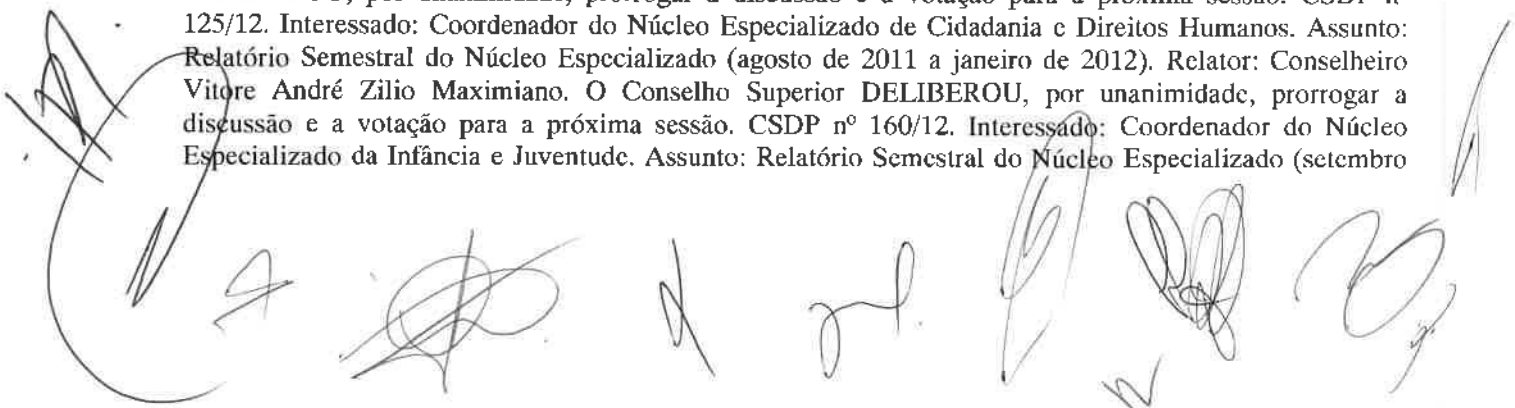
responsável por essa área na Procuradoria Geral do Estado, indicando que ele não conhecia o acórdão do STJ, mas informou que já havia comunicado ao Juiz da comarca que dificilmente a medida será revertida. O Conselheiro Rafael Vernaschi entregou à Defensora Pública Geral, Presidente do Conselho Superior um requerimento assinado pelos Conselheiros Eleitos, pela supressão da proposta de inclusão do §2º do artigo 31 na reforma da Lei 988/06, a ser aprovada pela Casa Legislativa, que prevê a iniciativa do Defensor Público Geral para propostas de deliberações que impliquem aumento de despesas ou de gastos, por fim, apontou que o documento assinala a importância do documento à participação democrática e direta dos Defensores na administração da instituição. A Presidente recebeu o documento e apontou que a inclusão do dispositivo foi condicionante nas negociações com o Governo para o envio dos projetos da criação dos 400 cargos o que permite maior segurança quanto aos gastos da Defensoria e sua capacidade orçamentária, por isso que não irá intervir junto ao Governo em favor dessa proposta no âmbito Legislativo, mas considerou ser natural que os Conselheiros e a Apadep tenham a liberdade de articularem se entenderem correto, por fim reforçou que o Conselho não estará alijado de debater propostas que impliquem aumento de despesas ou gastos. O Conselheiro Bruno Miragaia indagou se há alguma novidade a respeito do anteprojeto de Lei que trata do aumento do número de Servidores. A Presidente informou que houve atraso na formulação da proposta devido alguns ajustes no anteprojeto de lei, e apontou que há um acordo no Executivo para que o anteprojeto tramite de maneira célere no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil. O Conselheiro José Moacyr indagou se a Unidade Plantão Cível será extinta, e caso isso ocorra, se os Defensores ali lotados teriam prioridade na escolha por locais de atuação em um eventual concurso de remoção. O Conselheiro Vitore Maximiano informou a realização de visita à Unidade para início de debate em torno do tema, e informou que o assunto será novamente debatido em agosto, em conjunto com os Defensores Públicos, em nova visita à Unidade Plantão Cível, e externou sua posição pelo destino dos Defensores com uma possível extinção da unidade, sendo favorável pela adoção nos moldes da magistratura, que tem preferência no momento de escolha de vagas em concursos de remoção, no entanto, reforçou que esse é o seu posicionamento pessoal e que defenderá tal medida, mas que o assunto é de competência do Conselho. O Conselheiro Luciano Caserta agradeceu o empenho pela CTI e informou que houve o aumento de sua caixa postal. Disponibilizou folders informativos do evento "VII Semana de Reflexão Jurídica" promovido pela Edepe, no período de 10 a 13 de julho, a ser realizado na Unidade de Santo André. O Conselheiro Bruno Miragaia informou que a Unidade de São Miguel Paulista e a Regional Leste mudaram de para um novo endereço, e ressaltou que o novo edifício atende com qualidade aos Defensores e usuários, mas lamentou não ter um sistema de gerenciamento de filas adequado, apontando que a triagem da Capital também sofre com esse problema. O Conselheiro Vitore Maximiano informou que a empresa contratada para instalar o sistema de gerenciamento de filas não cumpriu o contrato adequadamente, foi notificada e está prestes a sofrer sanções. A Conselheira Luciana Zaffalon informou que estará em férias no período de 09 a 31 de julho, devendo retornar as sessões do Conselho Superior na primeira semana de agosto, e pediu para adiar o julgamento do processo CSDP nº 007/12, até o retorno de suas férias. O Conselheiro Luciano Alencar informou o período de suas férias de 02 a 16 de julho, e comunicou que apresentará voto do processo de escolha dos membros dos Núcleos Especializados no dia 27 de julho, tendo em vista que o prazo regimental será interrompido. O Conselheiro Rafael Bessa também comunicou o período de suas férias de 02 a 20 de julho. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. A Presidente iniciou a ordem do dia com a exceção de processos urgentes. CSDP nº 252/12 (Excetuoado a pauta). Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Pedido de afastamento para participação no Seminário "Justiça Restaurativa em Caso de Abuso Sexual Intrafamiliar em Criança e Adolescente", no dia 29 de junho de 2012. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O relator manifestou seu voto pelo acolhimento da desistência do interessado. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a desistência do interessado. CSDP nº 256/12 (Excetuoado a pauta). Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Público Regionalizado de estagiários de Direito para as Regionais da Capital, Região Metropolitana e Interior. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator votou oralmente pelo acolhimento da abertura do certame, nos termos da proposta apresentada pela Primeira Subdefensoria. O Conselho Superior deliberou,

A series of approximately ten handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures vary in style, with some being more formal and others more stylized or scribbled. They appear to be the signatures of the members of the Conselho Superior mentioned in the text above.

por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a abertura do certame, de acordo com a Deliberação CSDP nº 251, de 29 de junho de 2012, que será publicada oportunamente. Deliberou, ainda, homologar a indicação da Defensora Pública Cristina Victor Garcia para presidir a Banca Examinadora do Concurso Público Regionalizado de Estagiários de Direito para as Regionais da Capital, Região Metropolitana e Interior. O Conselheiro Luciano Alencar mostrou a importância de divulgar o edital pelos Coordenadores das Regionais. A Conselheira Franciane Marques sugeriu a inversão de pauta para proferir seu voto ao processo que disciplina a compensação. A Presidente encaminhou o pedido da Conselheira Franciane e foi aprovado por unanimidade. CSDP nº 357/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 198/10 (Disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. A Conselheira Franciane Marques proferiu a leitura de seu voto vista oralmente. A Presidente informou o pedido de vista à administração. Vista concedida a Conselheira Juliana Saad. O Conselheiro Rafael Vernaschi sugeriu a inversão da pauta para julgamento do processo de vantagens pecuniárias, e mostrou a necessidade de esgotar os processos constantes na agenda positiva. A Presidente sugeriu que se aplique a cada sessão apenas um processo da agenda positiva. Encaminhou para votação a inversão de pauta sugerida pelo Conselheiro Rafael Vernaschi e aprovou-se por unanimidade. CSDP nº 355/11. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de regulamentação das vantagens pecuniárias por tempo de serviço. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti. O relator leu o relatório e proferiu o seu voto no sentido de acatar parcialmente a proposta do voto vista da Conselheira Fabiana Zapata, com ressalvas, mas contemplou a sexta parte e o quinquênio, sendo incidindo sobre o vencimento padrão acrescido das gratificações de cunho não eventual, por fim sugeriu a alteração da minuta de Deliberação para que conste, tal qual nos artigos 12 e 13 das disposições transitórias da Lei 988/06, observando o artigo 37, inciso 16 da Constituição Federal. O Conselheiro Rafael Vernaschi ponderou que não houve pedido de parecer pelo setor financeiro. O Conselheiro José Moacyr ponderou que o pedido regulamenta um direito previsto na Constituição e em Lei Orgânica. O Representante da Apadep, Rafael Português manifestou que a Apadep discorda da proposta do proponente, mas concorda integralmente com o voto da Conselheira Fabiana Zapata, e mostrou o seu entendimento de que o uso da gratificação é defasado das demais carreiras públicas, devendo ser incorporada ao salário do Defensor Público. O Conselheiro Vitore Maximiano indagou ao relator se a gratificação teria a incidência da contribuição previdenciária. O relator ponderou que a gratificação deveria ser incorporada ao salário, e manifestou que a gratificação somente deixaria de ser integrada ao salário caso o Defensor Público deixasse de exercer a atividade. O Conselheiro Vitore Maximiano manifestou o pedido de vista para analisar o caso. Vista concedida ao Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. CSDP nº 006/12. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 38/07, que estabelece normas gerais para os Regimentos Internos dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Antonio Maffezoli Leite. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 350/11. Interessada: Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (maio de 2011 a novembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 007/12. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 244/12. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 38/07 (que estabelece normas gerais para os regimentos internos dos Núcleos Especializados e dá outras providências). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'M. C.'. To its right are several smaller, more legible signatures and initials, including what looks like 'N', 'J. L.', and 'R. S.'. The handwriting is cursive and somewhat messy, typical of a meeting or official document.

de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (primeiro e segundo semestre de 2011). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 110/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (março a agosto de 2011). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 138/12. Interessado: Welton Carlos de Cristo Alves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de Bacharelado em Direito na Universidade de São Paulo, no período de 24 de fevereiro a 04 de julho de 2012. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 141/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 91/08, que cria a Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e regulamenta sua atividade. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 146/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (setembro de 2011 a fevereiro de 2012). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 151/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 152/10, que regulamenta a atuação dos Defensores Públicos em plantões judiciários. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 152/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro de 2011 a março de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 179/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (Institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 182/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 134/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 109/08 (regulamenta a gratificação pelo exercício). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 352/11. Interessada: Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. Assunto: Apuração da violação de prerrogativa na Defensoria Pública - Regional da Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 005/12. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação que torna facultativa a contribuição, para membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 125/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2011 a janeiro de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 160/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (setembro

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'M'. To its right, there are several smaller, more legible signatures and initials, including what looks like 'A', 'D', 'J', 'L', 'R', and 'V'. The handwriting is cursive and somewhat messy, typical of a legal document's signature block.




de 2011 a fevereiro de 2012). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 241/12. Interessados: Coordenadores do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a dezembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 243/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e colaboradores do Núcleo Especializado. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 166/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2012. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange os processos abaixo relacionados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº (Interessado). 169/12 (Vivian Monsef de Castro). 170/12 (Thais Helena Costa Nader). 171/12 (Luiz Felipe Azevedo Fagundes). 172/12 (Vivian Maria Lopes). 173/12 (Francisco Carlos Marques Matarezio). 174/12 (Jose Moacyr Doretto Nascimento). 175/12 (Alexandre Grabert). 176/12 (Adriana Mayer dos Santos). 177/12 (Felix Ricardo Nonato dos Santos). 178/12 (Alessandra Pereira de Melo). 180/12 (Gesanne Fonseca Gomes). 181/12 (Ricardo Cesar Franco). 183/12 (Mariane Vinche Zampar). 184/12 (Samanta Cristina Lopez de Souza Ramos). 185/12 (Marcus Vinicius Ribeiro). 186/12 (Marco Antonio Correa Monteiro). 187/12 (Wagner Ribeiro de Oliveira). 188/12 (Vanessa Pellegrini Armenio). 189/12 (Rafael Braga Vinhas). 190/12 (Diego Vale de Medeiros). 191/12 (Katia Cilene Oliveira Giraldi). 192/12 (Amanda Polastro Schaefer). 193/12 (Juliana Pavanelli). 194/12 (Aline Maria Fernandes Morais). 195/12 (Eduardo João Ra). 196/12 (Alexei Hermann de Carvalho Kirchhoff). 197/12 (Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II). 198/12 (Tatiana de Souza Kotake Ribeiro). 199/12 (Flavia Laet Ribeiro de Almeida). 200/12 (Samanta Romano Tresinari Grangeiro). 201/12 (Jose Eduardo Mendes). 202/12 (Luiz Eduardo de Toledo Coelho). 203/12 (Angela de Lima Pieroni Detoni). 204/12 (Carolina Nunes Pannain). 205/12 (Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina). 206/12 (Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho). 207/12 (Debora de Vito Oriolo). 208/12 (Renata Lawant Miranda). 209/12 (Filovalter Moreira dos Santos Júnior). 210/12 (Anisio Vieira Caixeta Junior). 211/12 (Daniela Skromov de Albuquerque). 212/12 (Maira Coraci Diniz). 213/12 (Viviane Oliveira Lourenço). 214/12 (Janayna Lombisani). 215/12 (Viviane Modesto Gramulha). 216/12 (Julio Cesar Tanone). 217/12 (Phenelope Carvalho de Almeida). 218/12 (Alexandro Pceira Soares). 219/12 (Rafael Bessa Yamamura). 220/12 (Marcelo Martiniano de Oliveira). 221/12 (Ana Paula Gaudêncio de Figueiredo). 222/12 (Tatiana Belons Vieira). 223/12 (Fernanda Costa Hueso). 224/12 (Bruno Lopes de Oliveira). 225/12 (Luciana de Oliveira Fernandes Fortes Balam). 226/12 (Bctânia Devechi Ferraz Bonfa). 227/12 (Lcandro de Marzo Barreto). 228/12 (Leila Rocha Sponton). 229/12 (Amanda Pontes de Siqueira). 230/12 (Bruno Diaz Napolitano). 231/12 (Bruno Ricardo Miragaia Souza). 232/12 (Giovana Devito dos Santos). 233/12 (Rodrigo Figueiredo de Oliveira). 234/12 (Tânia Cristina dos Santos de Oliveira). 235/12 (Felipe Pires Pereira). 236/12 (Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes). 237/12 (Fernando Rodolfo Mercês Moris). 238/12 (Cesar Augusto Luiz Leonardo). 239/12 (Juliana Araujo Lemos da Silva Machado). 240/12 (Luciana Rocha Barros Veloni Alvarenga). 242/12 (Danilo Kazuo Machado Miyazaki). CGDP CAEP nº 003/11. Interessada: Alexandra Pinheiro de Castro. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 043/11. Interessado: Jose Rodolfo Stutz Cunha. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 065/11. Interessado: Paulo Andre Costa Carvalho Matos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 018/11. Interessada: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade,

A series of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures are stylized and vary in length and complexity, some appearing to be initials or short names.

prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 029/11. Interessado: Diogo Cesar Perino. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 056/11. Interessada: Marcellí Penedo Delgado Gomes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 007/11. Interessada: Anna Cecília Silva Ferreira de Oliveira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 005/11. Interessada: Ana Livia Mottola. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 060/11. Interessada: Marina Costa Craveiro Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 074/11. Interessada: Simone Lavelle Godoy de Oliveira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 081/11. Interessada: Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de 2012.



Daniela Sollberger Cembranelli  
Presidente




Marcia Regina Garutti  
Conselheira



Juliana Saad  
Conselheira



Vitore André Zilio Maximiano  
Conselheiro



Bruno Ricardo Miragaia  
Conselheiro



Fabiana Botelho Zapata  
Conselheira



Franciane de Fátima Marques  
Conselheira



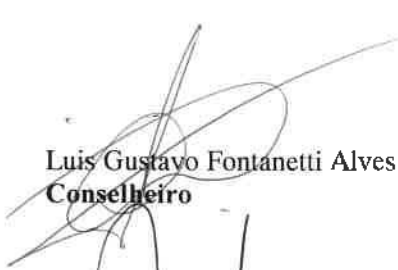
José Moacyr Doretto Nascimento  
Conselheiro




Luciana Zaffalon Leme Cardoso  
Conselheira

Luciano Alencar Negrão Caserta  
Conselheiro

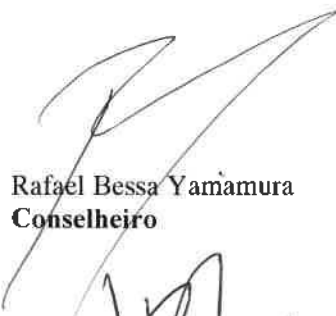




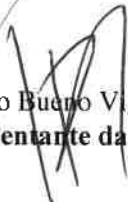
Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**Conselheiro**



Rafael Valle Vernaschi  
**Conselheiro**



Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**



Fabricio Bueno Viana  
**Representante da Apadep**